



**WEIDER SEGURANÇA PRIVADA EIRELI**

Rua Monteiro Lobato, 601 - Lauritzen - Campina Grande - PB - CEP 58401-417 | CNPJ 08.705.015/0001-67

83. 3331.1752 • 98743.2004 | weiderdiretoria@hotmail.com | grupoweider@gmail.com

**SEGURANÇA ARMADA E DESARMADA PARA:**

Escolas | Universidades | Clínicas | Hospitais | Residências | Condomínios | Empresas | Comércio | Shows e Eventos

**ILMO. SR. PREGOEIRO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB.**

**PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99**

**WEIDER SEGURANÇA PRIVADA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, situado à Rua Monteiro Lobato, 601 – Bairro Lauritzen – Campina Grande/PB, inscrita no CNPJ sob n.º 08.705.015/0001-67, vem, respeitosamente, perante a ilustre presença de Vossa Senhoria, dentro do prazo legal, **IMPUGNAR** o edital da licitação supracitada, expondo para tanto os fatos e fundamentos a seguir deduzidos:

## **DOS FATOS**

Está marcado para o dia 06 de novembro do corrente ano o pregão acima citado cujo objeto é “a contratação de serviço de vigilância armada e de vigilância armada e motorizada, mediante o fornecimento de mão de obra, equipamentos, materiais e insumos necessários para atender as unidades da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em todos os seus Campi”.

Ocorre que compulsando o instrumento convocatório desta licitação verificamos uns itens que merecem ser reformados em respeito aos princípios da Legalidade e da Competitividade conforme veremos a seguir.

O primeiro item em questão é o 8.6.6 abaixo transcrito:

*8.6.6 No caso de exercício de atividade de vigilância: autorização para funcionamento expedido pelo Departamento de Polícia Federal, nos termos do art. 4º da Portaria nº DPF/MJ nº 3233/2012*

O edital determina que apenas a empresa vencedora deverá apresentar referida documentação expedida pela Polícia Federal quando da assinatura do contrato.

Salvo melhor juízo equivocado este entendimento e a documentação expedida pela Polícia Federal tem que ser apresentada por todos os participantes na fase de habilitação conforme prevê o artigo 30, inciso IV da Lei 8666/93 abaixo transcrito.

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.*

Portanto, em atenção ao que prevê a Lei Nacional de Licitações, requeremos que a documentação expedida pela Polícia Federal seja exigida na fase de habilitação.

A Constituição Brasileira consagrou alguns princípios norteadores da administração pública quando, em seu art. 37, *caput*, assim dispõe:

*Prote.*



**WEIDER SEGURANÇA PRIVADA EIRELI**

Rua Monteiro Lobato, 601 - Lauritzen - Campina Grande - PB - CEP 58401-417 | CNPJ 08.705.015/0001-67

83. 3331.1752 • 98743.2004 | weiderdiretoria@hotmail.com | grupoweider@gmail.com

**SEGURANÇA ARMADA E DESARMADA PARA:**

Escolas | Universidades | Clínicas | Hospitais | Residências | Condomínios | Empresas | Comércio | Shows e Eventos

*"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:"(grifo nosso)*

O princípio da legalidade representa uma garantia para os administrados, pois, qualquer ato da Administração Pública somente terá validade se respaldado em lei, em sua acepção ampla. Representa um limite para a atuação do Estado, visando à proteção do administrado em relação ao abuso de poder.

No direito público, princípio da legalidade está disposto no *caput* do artigo 37 da Carta Magna. Ao contrário dos particulares, que agem por vontade própria, à Administração Pública somente é facultada agir por imposição ou autorização legal. Ou seja, inexistindo lei, não haverá atuação administrativa legítima.

Citando as sábias palavras de Hely Lopes Meirelles:

*"A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeitos aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso".*

No princípio da legalidade a Administração nada pode fazer senão o que a lei determina, trata-se de uma relação de subordinação para com a lei. Pois se assim não o fosse, poderiam as autoridades administrativas impor obrigações e proibições aos administrados, independente de lei. Daí decorre que nessa relação só pode fazer aquilo que está expresso na lei.

Analisando o princípio da legalidade na seara do Direito Administrativo, se conclui que toda a ação do Estado, em todos os níveis de atuação, que implique na obrigação de alguém fazer ou deixar de fazer alguma coisa, deve necessariamente ser precedido de uma lei que delineie os poderes-deveres do Estado, bem como os deveres relativos a um fazer ou a uma abstenção a que cada indivíduo está sujeito.

Celso Antônio Bandeira de Mello ensina que:

*"A Administração não poderá proibir ou impor comportamento algum a terceiro, salvo se estiver previamente embasada em determinada lei que lhe faculte proibir ou impor algo a quem quer que seja. Vale dizer, não lhe é possível expedir um regulamento, instrução, resolução, portaria ou seja lá que ato for para coartar a liberdade dos administrados, salvo se em lei já existir delineada a contenção ou imposição que o ato administrativo venha a minudenciar".*

Complementando o raciocínio, o doutrinador Roque Antonio Carrazza afirma que:

*Flav.*



**WEIDER SEGURANÇA PRIVADA EIRELI**

Rua Monteiro Lobato, 601 - Lauritzen - Campina Grande - PB - CEP 58401-417 | CNPJ 08.705.015/0001-67  
83. 3331.1752 • 98743.2004 | weiderdiretoria@hotmail.com | grupoweider@gmail.com

**SEGURANÇA ARMADA E DESARMADA PARA:**

Escolas | Universidades | Clínicas | Hospitais | Residências | Condomínios | Empresas | Comércio | Shows e Eventos

*"A aplicação do princípio da legalidade conduz a uma situação de segurança jurídica, em virtude da aplicação precisa e exata das leis preestabelecidas".*

Prosseguindo o item 8.9.3.8.1 do edital abaixo transcrito exige que a empresa comprove ter executado um mínimo de 50% do total dos postos licitados neste pregão eletrônico.

*8.9.3.8.1 O licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, ou seja, do total de 75 (setenta e cinco) postos, deverá comprovar o mínimo de 12 (doze) para postos armados e motorizados e 26 (vinte e seis) para postos armados<sup>1</sup>;*

Ocorre que o tipo do pregão será "menor preço por item" e por esta razão as empresas licitantes não devem comprovar 50% do total de postos e sim do total de postos do item que participar.

Prosseguindo configura-se também restritiva a exigência de atestado de capacidade técnica para posto motorizado, uma vez que para postos de vigilância motorizados o edital no item 13.48 exige apenas a CNH - Carteira Nacional de Habilitação do vigilante condutor da motocicleta.

Entendemos que trata-se de caráter restritivo, tendo em vista que não há nenhuma característica específica para o vigilante armado conduzir moto e executar o serviço de vigilância motorizada. Conforme citado no item 13.48 do Termo de Referência do edital deverá ser apresentado previamente a CNH do vigilante condutor da motocicleta. Assim, está claro que o vigilante que possui CNH poderá conduzir a moto e executar o serviço objeto do certame, sem que aja a necessidade da empresa participante comprovar serviços anteriores de vigilância motorizada e sim apenas capacidade técnica de serviços de vigilância armada.

Se mantiver este item inalterado e exigir 50% do total de postos, quando o julgamento for por item e mantiver a exigência de atestado de posto motorizado V.Sa. irá contra a própria essência da licitação que é a competição.

O princípio da competitividade é princípio atinente somente à licitação, e está diretamente ligado ao princípio da isonomia. Ora, manter as condições para que haja uma competição isenta de dirigismos, preferências escusas ou interesses dissociados da coisa pública é, primeira instância, cuidar para que essas condições de participação do certame sejam equânimes para todos os interessados. Simplesmente, podemos afirmar que não há competição sem isonomia e não há isonomia sem competição.

Empreender um certame licitatório para identificar a proposta mais vantajosa ao interesse público significa que os interessados irão competir para finalmente obterem a contratação.

*dez.*



Nesse sentido, podemos até dizer que a licitação tem caráter contencioso, uma vez que cada licitante busca contratar com a Administração Pública, e para isso tenta, na medida do possível, afastar seus concorrentes, recorrendo das decisões da comissão de licitação e da autoridade superior competente.

O artigo § 1º do 3º da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 preconiza que:

*§ 1º É vedado aos agentes públicos:*

***I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo** e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;(grifo nosso)*

Como podemos notar do inc. I do § 1º do art. 3º da Lei nº 8.666/93 acima transcrito, a norma é bastante abrangente em seu dispositivo, usando nada mais que sete verbos, no infinitivo e conjugados (admitir, prever, incluir, tolerar, comprometer, restringir e frustrar), para coibir quaisquer atividades que tenham por meta direta ou indireta afetar o caráter competitivo do certame licitatório.

O § 1º abriga proibição expressa ao Administrador de prever ou tolerar, nos editais, cláusulas ou condições que de qualquer forma comprometam o caráter competitivo do certame. Toshio Mukai extrai dessa disposição o princípio da competitividade:

*"Tão essencial na matéria que, se num procedimento licitatório, por obra de conluio, faltar a competição (ou oposição) entre os concorrentes, falecerá a própria licitação, inexistirá o instituto mesmo". (Cf. O Estatuto Jurídico das Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Saraiva, SP, 1998, p. 16).*

Conforme esclarece o autor Marçal Justen Filho, a Lei nº 8.666/93 buscou:

*"Evitar que as exigências formais e desnecessárias acerca da qualificação técnica constituam-se em instrumento de indevida restrição à liberdade de participação em licitação. (...) A regra geral é sempre a mesma: não poderão ser impostas exigências excessivas ou inadequadas." (in "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", Dialética, 7ª edição, p. 337).*

Nesse mesmo diapasão, encontramos mais uma vez a manifestação de Marçal Justen Filho:

*"(...) não é possível a Administração invocar algum tipo de presunção de legitimidade de atos administrativos para transferir ao particular o ônus de prova extremamente complexa. Assim o é porque foi a Constituição que determinou a admissibilidade apenas das exigências as mais mínimas possíveis. Portanto, quando a Administração produzir exigências maiores, recairá sobre ela o dever de evidenciar a conformidade de sua conduta em face da Constituição."*

*Handwritten signature in blue ink.*





## WEIDER SEGURANÇA PRIVADA EIRELI

Rua Monteiro Lobato, 601 - Lauritzen - Campina Grande - PB - CEP 58401-417 | CNPJ 08.705.015/0001-67  
83. 3331.1752 • 98743.2004 | weiderdiretoria@hotmail.com | grupoweider@gmail.com

### SEGURANÇA ARMADA E DESARMADA PARA:

Escolas | Universidades | Clínicas | Hospitais | Residências | Condomínios | Empresas | Comércio | Shows e Eventos

*Mas há outro motivo para isso. É que, se a Administração impôs exigência rigorosa, fê-lo com base em alguma avaliação interna. Em última análise, a discricionariedade na fixação das exigências de qualificação técnico-operacional não significa que a Administração possa escolher as que bem entender. A escolha tem de ser resultado de um processo lógico, fundado em razões técnico-científicas. Portanto, o questionamento do particular conduz, em primeiro lugar, à Administração revelar publicamente os motivos de sua decisão. Depois, conduz à aplicação da teoria dos motivos determinantes. Ou seja, se a Administração tiver avaliado mal a realidade, reputando como indispensável uma experiência que tecnicamente se revela dispensável, seu ato não pode prevalecer.” (in “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, Dialética, 7ª edição, p. 337).*

Exigências desarrazoadas não podem ser legitimadas sob o argumento de que a Administração necessita de segurança maior do que a efetivamente necessária à execução do objeto a ser contratado, sob pena de ofensa ao texto constitucional, que autoriza apenas o mínimo de exigências, sempre alicerçadas em critérios razoáveis.

Aliás, os Tribunais de Contas têm jurisprudência uníssona no sentido de que as exigências do edital devem estar voltadas à seleção da proposta mais vantajosa, sem, no entanto, restringir injustificadamente a competitividade:

*“O ato convocatório há que estabelecer as regras para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, não se admitindo cláusulas desnecessárias ou inadequadas, que restrinjam o caráter competitivo do certame... a verificação de qualificação técnica não ofende o princípio da isonomia. Tanto é que o próprio art. 37, inciso XXI, da CF, que estabelece a obrigatoriedade ao Poder Público de licitar quando contrata, autoriza o estabelecimento de requisitos de qualificação técnica e econômica, desde que indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. No entanto, o ato convocatório há que estabelecer as regras para a seleção da proposta mais vantajosa para administração, sem impor cláusulas desnecessárias ou inadequadas que restrinjam o caráter competitivo do certame. Por outras palavras, pode-se afirmar que fixar requisitos excessivos ou desarrazoados iria de encontro à própria sistemática constitucional acerca da universalidade de participação em licitações, porquanto a Constituição Federal determinou apenas a admissibilidade de exigências mínimas possíveis.*

*Dessarte, se a Administração, em seu poder discricionário, tiver avaliado indevidamente a qualificação técnica dos interessados em contratar, reputando como indispensável um quesito tecnicamente prescindível, seu ato não pode prosperar, sob pena de ofender a Carta Maior e a Lei de Licitações e Contratos.” TCU - AC-0423- 11/07-P Sessão: 21/03/07 Grupo: I Classe: VII Relator: Ministro Marcos Bemquerer Costa - FISCALIZAÇÃO - REPRESENTAÇÃO - <https://contas.tcu.gov.br>, acesso em 01 março de 2010.*

*TCU – Decisão 369/1999 –Plenário O Plenário, diante das razões expostas pelo relator, DECIDE: 8.1 conhecer da presente representação, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, para*

*Flueta*



**WEIDER SEGURANÇA PRIVADA EIRELI**

Rua Monteiro Lobato, 601 - Lauritzen - Campina Grande - PB - CEP 58401-417 | CNPJ 08.705.015/0001-67

83. 3331.1752 • 98743.2004 | weiderdiretoria@hotmail.com | grupoweider@gmail.com

**SEGURANÇA ARMADA E DESARMADA PARA:**

Escolas | Universidades | Clínicas | Hospitais | Residências | Condomínios | Empresas | Comércio | Shows e Eventos

*considerá-la parcialmente procedente; 8.2 determinar ao Banco do Brasil que: 8.2.6 abstenha-se de impor, em futuros editais de licitações, restrições ao caráter competitivo do certame e que limitem a participação de empresas capazes de fornecer o objeto buscado pela Administração Pública, consoante reza o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93. (grifo nosso)*

Citamos ainda deliberação do TCU:

*Observe rigorosamente as disposições contidas no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 c/c o art. 3º da Lei 8.666/1993, obedecendo aos princípios constitucionais da publicidade, da igualdade, da isonomia e da impessoalidade, de modo a impedir restrições à competitividade. (grifo nosso)*

A respeito do princípio da competitividade assim já se posicionou o Tribunal de Contas de São Paulo:

*"(...) Assim é que deve o administrador na constante busca pelo princípio da competitividade, procurar permitir ao licitante que possa participar do certame contando com formas alternativas de garantir que sua proposta e produto estejam conformes com a necessidade da Administração.' Ou seja, a exigência de demonstração de qualidade do produto deve ser sempre ampliativa e não impor ônus desnecessário ao licitante." – TCE/SP - TC-361/002/11*

Pelo Princípio da Vantajosidade e Economicidade, presume-se como sendo prerrogativa da Administração Pública a congregação do maior número possível de concorrentes, viabilizando agregar preço e qualidade aos serviços, como aspectos que interagem e se complementam, promovendo, desta forma, maior competitividade entre os participantes e opções para o órgão licitante em adequar suas possibilidades e necessidades junto ao serviço licitado.

Assim, qualquer exigência no edital deve ser aplicada em conformidade com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, inerentes à Administração Pública, buscando seu único fim, qual seja, a participação ampla das interessadas nos processos licitatórios promovidos pela Administração Pública, e não restringir esta participação. Afinal, somente desta forma estar-se-á assegurando uma conduta justa e ilibada da Administração na prática de seus atos.

Por fim o item 13.10 das Obrigações da Contratada determina que a Contratada deverá:

*13.10 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.*

*fls. 04*



**WEIDER SEGURANÇA PRIVADA EIRELI**

Rua Monteiro Lobato, 601 - Lauritzen - Campina Grande - PB - CEP 58401-417 | CNPJ 08.705.015/0001-67

83. 3331.1752 • 98743.2004 | weiderdiretoria@hotmail.com | grupoweider@gmail.com

**SEGURANÇA ARMADA E DESARMADA PARA:**

Escolas | Universidades | Clínicas | Hospitais | Residências | Condomínios | Empresas | Comércio | Shows e Eventos

Ora o vale transporte é item integrante da composição do preço da mão de obra do objeto licitado, não havendo necessidade de aferição mensal. Inclusive a CONTRATANTE utiliza esse item também na composição do custo estimado da contratação.

Portanto requeremos que seja excluída do edital a exigência de apresentação prevista no item 13.10 acima transcrito, pelos motivos por nós explanados.

**DO PEDIDO**

Diante do exposto, requeremos seja recebida a presente IMPUGNAÇÃO, CONHECIDA e PROVIDA, para que, ao final, esta Douta Comissão de Licitação faça as alterações nos itens por nós questionados conforme restou sobejamente comprovado nesta petição e em atenção aos princípios da legalidade e Competitividade.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

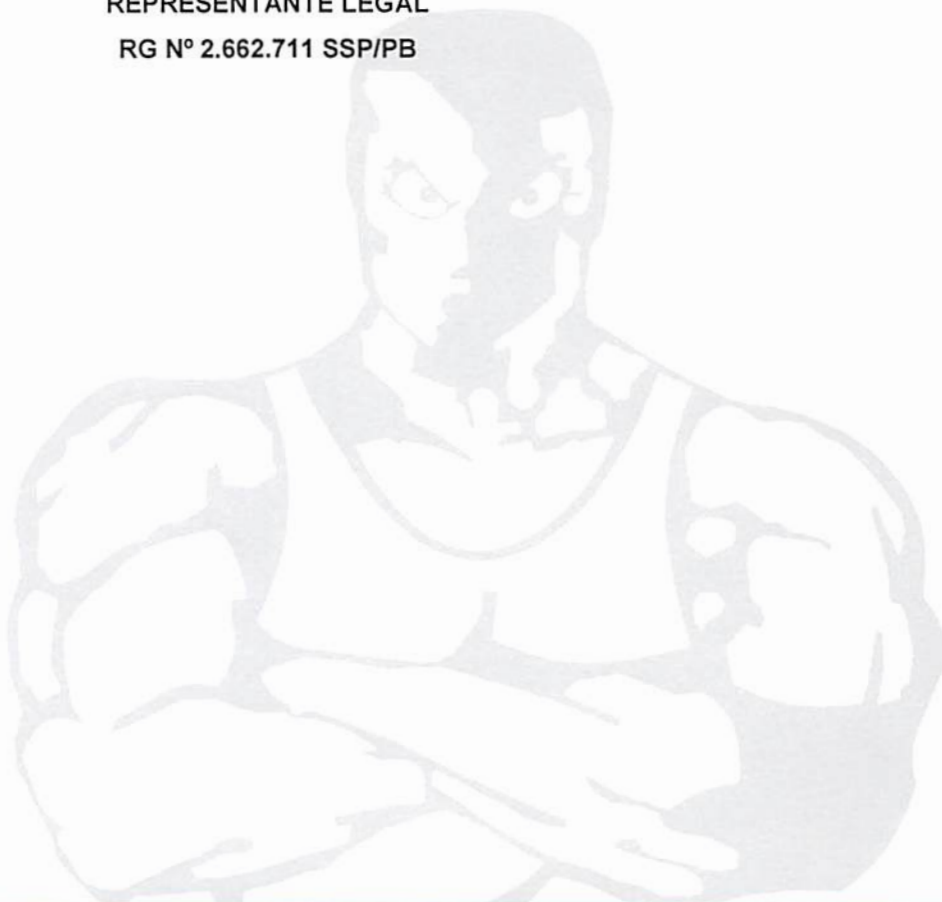
Campina Grande, 01 de Novembro de 2019.

*Allanne Vanessa da S. Ventura*  
WEIDER SEGURANÇA PRIVADA EIRELI

ALLANNE VANESSA DA SILVA VENTURA

REPRESENTANTE LEGAL

RG Nº 2.662.711 SSP/PB



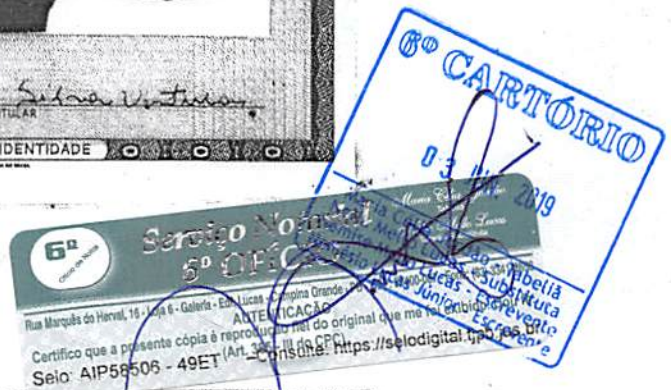
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA V-02  
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL P-234  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



*Allanne Vanessa da Silva Ventura*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.662.711- 2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 22/08/2011

ALLANNE VANESSA DA SILVA VENTURA

PAI: ADEJON VENTURA PEREIRA  
MÃE: ANTONIA CABRAL DA SILVA VENTURA

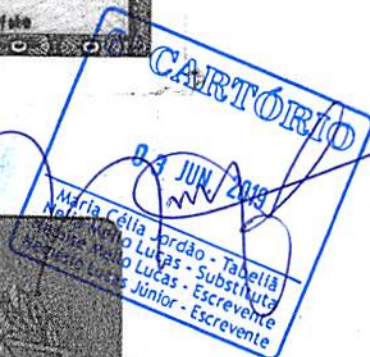
NATURALIDADE BOQUEIRÃO-PB DATA DE NASCIMENTO 11/05/1985

DOC. ORIGEM  
NASC. N. 11738 FLS. 206 LIV. A/12  
CARTÓRIO BOQUEIRÃO-PB

CPF 057.278.924-65

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR  
LEI Nº 7.112 DE 29/08/85



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição  
**057.278.924-65**

Nome  
ALLANNE VANESSA DA SILVA VENTURA

Nascimento  
11/05/1985



# Serviço Notarial

## 6º OFÍCIO



Comarca de Campina Grande  
Estado da Paraíba

*Maria Célia Jordão*  
TABELIÃ

*Nelia Mello Lucas*  
TABELIÃ SUBSTITUTA

Rua Marquês do Herval, nº 16 - Loja 6 - Galeria Edf. Lucas - Campina Grande - PB - CEP 58400-087 - Fone: (83) 3341-2658

LIVRO: 054

FOLHA: 197

### PROCURAÇÃO

SAIBAM quantos virem este **Público Instrumento de Procuração** que aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito (23/11/2018), nesta cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, perante mim, **MARIA CÉLIA JORDÃO - Tabeliã**, compareceu como OUTORGANTE: A FIRMA: A FIRMA: **WEIDER SEGURANÇA PRIVADA EIRELI**, firma desta praça, estabelecida à Rua Monteiro Lobato n.º 601, Bairro Lauritzen, na cidade de Campina Grande - PB, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 08.705.015/0001-67; neste ato representada pela Sócio: **MARTINIANO FERREIRA DA COSTA NETO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Luiz Malheiros n.º 50, Apt.º 003, Bloco D, no bairro de Bodocongó, na cidade de Campina Grande - PB, portador de RG n.º 3.130.719-SSP/PB, CPF(MF) n.º 061.259.714-81; devidamente identificado(a) por mim Notária como o(a) próprio(a), e por ele(a) me foi dito que constitui e nomeia como seu(ua) bastante procurador(a): **ALLANNE VANESSA DA SILVA VENTURA**, brasileira, convive em união estável, administradora, residente e domiciliada à Rua Marechal Floriano Peixoto n.º 5255 - Lote 23-J, Bairro do Serroão, Município de Campina Grande - PB, portador de RG n.º 2.662.711-2ª via-SSDS/PB, CPF(MF) n.º 057.278.924-65; A quem confere amplos, gerais e ilimitados poderes com o fim específico de **REPRESENTAR A FIRMA OUTORGANTE EM CONCORRÊNCIAS, PROCESSO DE LICITAÇÕES E/OU TOMADA DE PREÇOS, CARTA CONVITE, inclusive assinar CONTRATOS, junto as Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autárquicas, Empresa Pública, Privada e Particular, e demais órgãos onde com esta se apresentar, bem como assinar propostas, participar de licitações, concorrências, tomadas de preços, carta convite, fazer vistorias, impugnar ações, interpor recursos, renunciar o direito de recurso, discordar de valores, apresentar, juntar e retirar documentos, abdicar recursos, sentenças, receber citações e intimações, prestar declarações e informações, assinar termos, declarações, requisições, formulários, petições, requerimentos, assinar cartas de credenciamento, e demais outras, recorrer sentença, assistir audiência, ajuizar ações, pagar taxas e emolumentos, requerer, recorrer, impugnar, podendo ainda formular ofertas de lances de preços as propostas apresentadas em pregões de quaisquer espécies, enfim, cumprir e satisfazer exigências e tudo promover, praticar, requerer e assinar o que for preciso para o fiel cumprimento do presente mandato. A presente procuração tem validade fixada por 02 (dois) anos a contar desta data.** Selo Digital: AHL12988-IA9V - Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>. Assim o disse e dou fé. A pedido das partes lavrei este Instrumento que lhes sendo lido, outorgou, aceitou e assinou sendo dispensadas a presença e a assinatura de testemunhas, de acordo com o Art. 1º do Provimento n.º 03/87 da Corregedoria Geral da Justiça deste Estado. E eu, **NELIA MELLO LUCAS - Substituta do 6º Ofício de Notas**, subscrevo e assino em público e raso que uso. Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e dezoito.

CARTÓRIO DO 6º OFÍCIO DE NOTAS  
COMARCA DE CAMPINA GRANDE - PB

**Corregedoria da Justiça**  
Provimento nº 01/05 - CJ/TJPB  
Emolumentos...R\$ 42,40  
FEJP + MP.....R\$ 9,48  
FARPEN.....R\$ 5,34  
ISS.....R\$ 2,37  
Total.....R\$ 64,39

Em testemunho ( ) da verdade

SUBSTITUTA DO 6º OFÍCIO DE NOTAS

Ofício de Notas 6º OFÍCIO

Rua Marquês do Herval, 16 - Loja 6-Galeria - Ed. Lucas  
Campina Grande-Paraíba - Fone: (083) 3341-2658



OUTORGANTE: Firma: **WEIDER SEGURANÇA PRIVADA EIRELI**

**MARTINIANO FERREIRA DA COSTA NETO - Titular**

*Nelia Mello Lucas*  
Tabeliã Substituta  
Cartório do 6º Ofício  
Campina Grande-PB





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/CPL-PU/Nº 017/2019.

JULGAMENTO DA MANIFESTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO  
PEDIDO ENCAMINHADO VIA E-MAIL

A empresa WEIDER SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com matriz inscrita no CNPJ nº 08.705.015/0001-67 e endereço na Rua Monteiro Lobato, 601 – Bairro Lauritzen na cidade de Campina Grande/PB, CEP n.º 58401-417, por meio de seu representante legal, apresentou manifestação de impugnação do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL/Nº 017/2019 (inteiro teor no LINK a seguir: [http://www.prefeitura.ufpb.br/cpl/UFPB\\_SOF\\_CPL\\_017\\_2019\\_Impugnacao\\_Edital\\_2.zip](http://www.prefeitura.ufpb.br/cpl/UFPB_SOF_CPL_017_2019_Impugnacao_Edital_2.zip)), nos seguintes termos:

1. DA TEMPESTIVIDADE

A licitação está originalmente convocada para o dia 06/11/2019, findando em 04/11/2019 o prazo para apresentação de Recursos de Impugnação, nos termos do Art. 41, § 2º da Lei 8666/93. Assim, esta impugnação é tempestiva, impondo-se seu conhecimento.



2.

## RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

A presente impugnação propõe alterações ao Instrumento Convocatório do certame em epígrafe, ante o reconhecimento da necessidade da correção de desarmonias apresentadas segundo entendimento do RECORRENTE em razões de recurso, adiante melhor detalhadas, quais sejam: (i) a autorização para funcionamento expedido pelo Departamento de Polícia Federal, nos termos do art. 4º da Portaria nº DPFIMJ nº 3233/2012 deveria ser exigida de todos os participantes na fase de habilitação, quando o edital, em seu item 8.6.6, c/c os itens 8.9.3 e 8.11.3 determinam que apenas a empresa vencedora deverá apresentar referida documentação; (ii) a exigência de que a empresa comprove ter executado um mínimo de 50% do total dos postos licitados, conforme o item 8.9.3.8.1 do edital e o fato de que o tipo do pregão será o de "menor preço por item" determina que as empresas licitantes não devem comprovar 50% do total de postos e sim do total de postos do item que participar; (iii) a determinação de que a empresa contratada deverá apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte, conforme estabelece o item 13.10 do edital (Obrigações da Contratada), pois segundo a Recorrente, o vale transporte seria item integrante da composição do preço da mão de obra do objeto licitado, não havendo necessidade de aferição mensal e assim, deveria ser excluída do edital a exigência da apresentação prevista no item 13.10 citado acima.

É este o breve relato.

3.

## RAZÕES E CONCLUSÃO DO PREGOEIRO:

O Pregoeiro da SOF-CPL conclui que o pedido não merece prosperar, pelas razões a seguir elencadas:

### 3.1.

#### DA EXIGÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO:

A jurisprudência do TCU condena exigências editalícias que representem **ônus desnecessário ao licitante**, como no caso da realização de despesas desnecessárias e anteriores à própria celebração do contrato. Tal vedação se refere unicamente à obrigatoriedade de realização de gastos **anteriores à celebração do contrato**. Referido entendimento está inclusive sumulado pela Corte de Contas: “Súmula/TCU nº 272: No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato (TC-012.201/2009-5, Acórdão nº 1.043/2012-Plenário).”

Assim, ao atender ao pleito da empresa Impugnante, a Administração estaria gerando prejuízos à concorrência no processo licitatório, tolhendo a competitividade e impondo ônus desnecessários às licitantes, frustrando, com tais exigências, a obtenção do menor preço, em prejuízo da administração, incorrendo-se na vedação prevista no inc. I, do §1º., do Art. 3º., da Lei nº. 8.666/93. Tal entendimento é corroborado pelo TCU, que considera ilegal a exigência de apresentação de documentos na fase de habilitação que restrinjam o caráter competitivo dos certames licitatórios. (Acórdão 597/2007 Plenário – TCU).

É dizer: a exigência de prévia autorização do Departamento de Polícia Federal é estabelecida para o exercício da atividade e **não para efeito de participação em licitações**. Ademais, o Art. 30 da Lei nº 8.666/1993 menciona o atendimento de requisitos previstos em Lei especial, **quando for o caso**, não sendo aplicável à espécie.

E é justamente por isso que a exigência elencada nas razões de impugnação só deve ser exigida da **empresa licitante vencedora, sob pena de frustrarem a competitividade do certame**.



**3.2. DA EXIGÊNCIA DE QUE A EMPRESA COMPROVE TER EXECUTADO UM MÍNIMO DE 50% DOS SERVIÇOS**

Da análise do texto do EDITAL, item 8.9.3.8, obtém-se o seguinte: “Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 05/2017”;

Já o item seguinte, 8.9.3.8.1, verifica-se; “O licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, ou seja, do total de 75 (setenta e cinco) postos, deverá comprovar o mínimo de 12 (doze) para postos armados e motorizados e 26 (vinte e seis) para postos armados”.

A nota de rodapé (31) diz: “Item acrescido uma vez que se encontra em conformidade com o exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017”.

A minuta da AGU, imposta pela IN-05/2017, assim reza: “8.9.5 – Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017”.

Analisando o texto da IN 05/2017 - ANEXO VII-A, 10.6.: Na contratação de serviço continuado, para efeito de qualificação técnico-operacional, a Administração poderá exigir do licitante:

(...)

c) no caso de contratação de serviços por postos de trabalho:

(...)

c.2. quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação.

Concluimos que o Edital está em conformidade aos padrões recomendados pela AGU, cuja adoção é orientada pelo TCU e IN-05/2017. Orienta-se não interpretar o item 8.9.3.8.1 sob o total de postos, pois o texto em si já destaca que trata-se de quantitativo A SER CONTRATADO, subentendendo-se que o quantitativo a ser comprovado está alinhado ao processo licitatório “por item”.

Para que não parem dúvidas quanto às redações transcritas, corrobora-se que cada Licitante deverá comprovar, por meio de atestados, as quantidades proporcionais a cada item que deseje participar.

### **3.3. DA EXIGÊNCIA DE CNH DOS CONDUTORES DAS MOTOCICLETAS:**

Da análise do item 13.48 do TERMO DE REFERÊNCIA, obtemos a seguinte informação: “13.48. Exigir previamente a documentação (CNH) do vigilante condutor da motocicleta que estiver fazendo a ronda cotidiana nos Campi convencionados no presente Termo de Referência para que não ocorra condução de veículo do gênero por pessoa não habilitada”.

Já a minuta da AGU direciona as condições mínimas exigidas e remete à IN 05/2017 que deve atentar sempre que possível às previsões de obrigações específicas para a realização do serviço. Neste caso, oportuna o TERMO DE REFERÊNCIA à habilitação do condutor da motocicleta.

Parecer: INDEFERIDO. Justificativa: O Edital e o Termo de



Referência estão em conformidade aos padrões e observações recomendados pela Advocacia Geral da União, cuja adoção é orientada pelo Tribunal de Contas da União.

4. EM CONCLUSÃO, É O JULGAMENTO DO RECURSO:

INDEFERIR o pedido e MANTER as condições originais do Edital, INCLUSIVE data e hora de abertura da sessão pública previstas para 06/11/2019, às 09:00h, horário de Brasília.

João Pessoa – PB, 04 de Novembro de 2019.

ENGº AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA

Pregoeiro Oficial

(Original Assinado)

Ratifico a decisão:

IDÁCIO RODRIGUES BARRETO PESSOA

Superintendente SOF – Autoridade Competente

(Original Assinado)